



GABINETE DEPUTADO KARLOS CABRAL

PROJETO DE LEI Nº 26

DE 25/08/2017

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 02/09/2017

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Dispõe sobre a redução do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

Art. 1º - As bicicletas novas adquiridas por pessoas físicas no Estado de Goiás, terão isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS.

Parágrafo único - O benefício previsto no caput será concedido somente aos compradores residentes e domiciliados no Estado de Goiás, concedido à um.

Art. 2º - Os compradores beneficiados por esta lei deverão obedecer as seguintes prerrogativas:

I - Aquisição de 1 (uma) unidade a cada 2 (dois) anos;

II - Aquisição de bicicletas no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III - Aquisição de bicicletas de fabricação nacional

§1º A inobservância de qualquer um dos requisitos previstos no artigo anterior impossibilita o direito ao benefício fiscal.

§2º Os valores das bicicletas serão reajustados anualmente pela de Estado de Fazenda.

Art. 3º As bicicletas com aro superior a vinte deverão ser dotadas de equipamentos de segurança, conforme previsão das normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN

Art. 4º - A isenção parcial será reconhecida pela Secretaria Estadual Fazenda, mediante a verificação prévia de condições estabelecidos nesta Lei.

SALA DAS SESSÕES, EM

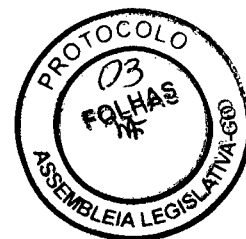
DE

DE 2017.

DEPUTADO KARLOS CABRAL

PDT

JUSTIFICATIVA



O desconto no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - é um meio de incentivar o consumo de bicicletas no Estado, estimulando o uso desse meio de transporte não poluente. Convém lembrar que em nada estamos ferindo a constitucionalidade com este projeto de lei, uma vez que o objeto não se encontra no rol das matérias de competência exclusiva de iniciativa do governador.

Segundo dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO, há mais de 70 milhões de bicicletas no país atualmente, uma frota estimada de uma bicicleta para três habitantes, colocando Brasil como o terceiro maior produtor e o quinto maior mercado do mundo.

Depois de um ano difícil, com o crescimento econômico do país emperrado, o Setor de Duas Rodas fechou 2016 com saldo negativo frente a 2015. Para 2017, no entanto, a ABRACICLO – Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – projeta estabilidade dos negócios do segmento de motocicletas, com crescimentos de 2,2% na produção e 66,1% nas exportações, enquanto as vendas no atacado e varejo devem registrar quedas de 4,1% e 1,1%, respectivamente.

O setor de duas rodas no Brasil está cada vez mais sólido. Com mais maturidade para enfrentar a forte crise que se estende por todos os segmentos da economia, as montadoras instaladas no Polo Industrial de Manaus – PIM se organizaram e protagonizaram, ao longo dos últimos 12 meses, investimentos equilibrados e constantes em inovações tecnológicas.

Esta medida visa entre outras, facilitar a compra de novas bicicletas, abrindo oportunidade de um transporte acessível a todos, e favorecerá a prática de esportes, além de aumentar a sustentabilidade do meio ambiente, com a diminuição de gases poluentes. Outro fator importante é possibilitar o aquecimento do setor produtivo neste segmento, com esse estímulo financeiro, aumentando as contratações e as vendas de bicicletas no Estado de Goiás.

O valor inicial das bicicletas previsto para a concessão do benefício tem como base os valores de mercado da maior parte dos modelos disponíveis no mercado brasileiro.

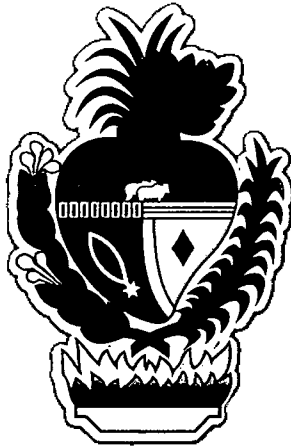
Assim, considerando os seus elevados objetivos, estamos certos de que o projeto de lei aqui apresentado merecerá integral apoio de pelos ilustres pares.

SALA DAS SESSÕES, EM

DE

DE 2017.


DEPUTADO KARLOS CABRAL
PDT



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

PROCESSO LEGISLATIVO

Nº 2017000524

Data Autuação: 21/02/2017

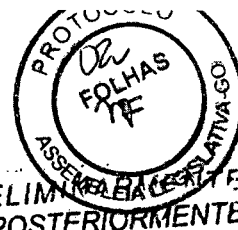
Projeto : 26-AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO.
Autor: DEP. KARLOS CABRAL;
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA

Assunto:
DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES
RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL,
INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO .



2017000524

GABINETE DEPUTADO KARLOS CABRAL



PROJETO DE LEI Nº 26

DE 25/08/2017

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E FISCALIZAÇÃO
Em 20/09/2017

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Dispõe sobre a redução do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

Art. 1º - As bicicletas novas adquiridas por pessoas físicas no Estado de Goiás, terão isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS.

Parágrafo único - O benefício previsto no caput será concedido somente aos compradores residentes e domiciliados no Estado de Goiás, concedido à um.

Art. 2º - Os compradores beneficiados por esta lei deverão obedecer as seguintes prerrogativas:

- I - Aquisição de 1 (uma) unidade a cada 2 (dois) anos;
- II - Aquisição de bicicletas no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- III - Aquisição de bicicletas de fabricação nacional

§1º A inobservância de qualquer um dos requisitos previstos no artigo anterior impossibilita o direito ao benefício fiscal.

§2º Os valores das bicicletas serão reajustados anualmente pela de Estado de Fazenda.

Art. 3º As bicicletas com aro superior a vinte deverão ser dotadas de equipamentos de segurança, conforme previsão das normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN

Art. 4º - A isenção parcial será reconhecida pela Secretaria Estadual Fazenda, mediante a verificação prévia de condições estabelecidos nesta Lei.

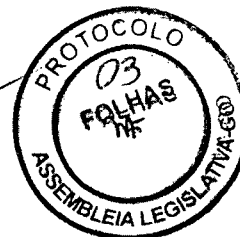
SALA DAS SESSÕES, EM

DE

DE 2017.


DEPUTADO KARLOS CABRAL
PDT

JUSTIFICATIVA



O desconto no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - é um meio de incentivar o consumo de bicicletas no Estado, estimulando o uso desse meio de transporte não poluente. Convém lembrar que em nada estamos ferindo a constitucionalidade com este projeto de lei, uma vez que o objeto não se encontra no rol das matérias de competência exclusiva de iniciativa do governador.

Segundo dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO, há mais de 70 milhões de bicicletas no país atualmente, uma frota estimada de uma bicicleta para três habitantes, colocando Brasil como o terceiro maior produtor e o quinto maior mercado do mundo.

Depois de um ano difícil, com o crescimento econômico do país emperrado, o Setor de Duas Rodas fechou 2016 com saldo negativo frente a 2015. Para 2017, no entanto, a ABRACICLO – Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – projeta estabilidade dos negócios do segmento de motocicletas, com crescimentos de 2,2% na produção e 66,1% nas exportações, enquanto as vendas no atacado e varejo devem registrar quedas de 4,1% e 1,1%, respectivamente.

O setor de duas rodas no Brasil está cada vez mais sólido. Com mais maturidade para enfrentar a forte crise que se estende por todos os segmentos da economia, as montadoras instaladas no Polo Industrial de Manaus – PIM se organizaram e protagonizaram, ao longo dos últimos 12 meses, investimentos equilibrados e constantes em inovações tecnológicas.

Esta medida visa entre outras, facilitar a compra de novas bicicletas, abrindo oportunidade de um transporte acessível a todos, e favorecerá a prática de esportes, além de aumentar a sustentabilidade do meio ambiente, com a diminuição de gases poluentes. Outro fator importante é possibilitar o aquecimento do setor produtivo neste segmento, com esse estímulo financeiro, aumentando as contratações e as vendas de bicicletas no Estado de Goiás.

O valor inicial das bicicletas previsto para a concessão do benefício tem como base os valores de mercado da maior parte dos modelos disponíveis no mercado brasileiro.

Assim, considerando os seus elevados objetivos, estamos certos de que o projeto de lei aqui apresentado merecerá integral apoio de pelos ilustres pares.

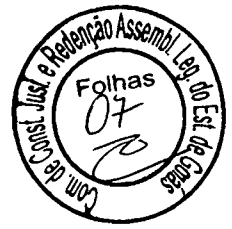
SALA DAS SESSÕES, EM

DE

DE 2017.


DEPUTADO KARLOS CABRAL

PDT



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) Carlos Américo

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 23/02 /2017

Presidente:

[Handwritten Signature]



PROCESSO N.º : 2017000524
INTERESSADO : DEPUTADO KARLOS CABRAL
ASSUNTO : Dispõe sobre a redução do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Karlos Cabral, concedendo desconto de 50% (cinquenta por cento) no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS -, na aquisição de bicicletas novas por pessoa física.

O desconto será concedido somente aos compradores residentes e domiciliados no Estado de Goiás, observando que as bicicletas devem ser fabricadas no Brasil e terem o valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). A proposição estipula que o comprador somente terá direito a novo benefício fiscal no prazo de 2 (dois) anos.

Segundo consta na justificativa, trata-se de uma medida que busca estimular o uso da bicicleta, especialmente como meio de transporte não poluente.

Essa é a síntese da proposição em análise.

Registre-se, inicialmente, que a matéria tributária insere-se no âmbito da iniciativa parlamentar, conforme Emenda Constitucional n. 45/2009, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2011.



Percebe-se que não há óbice constitucional ou legal para a aprovação desta matéria, tendo em vista que foram observadas, neste caso, as normas gerais em matéria de legislação tributária editadas pela União, mantendo-se a presente propositura nos lindes da competência concorrente que é conferida constitucionalmente ao Estado-membro (CF, art. 24, I, §§ 1º ao 4º).

A presente matéria, ao conceder benefício fiscal para a aquisição de bicicleta, não se inclui no âmbito de normas gerais. Tem-se, nesse caso, uma questão específica, inserida no âmbito da competência concorrente dos Estados (CF, art. 24, VIII).

No entanto, para ser aprovada, a proposição necessita passar por ajustes de ordem formal (técnica-legislativa), razão pela qual apresentamos o seguinte **substitutivo**:

“SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 26, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal na operação interna de aquisição de bicicleta.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As bicicletas novas adquiridas por pessoas físicas no Estado de Goiás terão isenção de 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação - ICMS.

Art. 2º O benefício previsto nesta Lei:

I - se limita a uma única bicicleta por consumidor final;

II – alcança somente:

a) bicicleta nova de fabricação nacional cujo preço de venda ao consumidor, sugerido pelo fabricante, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

b) o consumidor final residente e domiciliado no Estado de Goiás.

Parágrafo único. O consumidor final somente terá direito a novo benefício no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da concessão do benefício anterior, salvo na hipótese de furto, roubo ou perda total por sinistro da bicicleta contemplada pelo benefício.

Art. 3º O benefício previsto nesta Lei será concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda, após a verificação do atendimento das respectivas condições.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Por tais razões, com a adoção do **substitutivo** apresentado, somos pela constitucionalidade e juridicidade da proposição em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 23 de Fevereiro de 2017.

Deputado CARLOS ANTONIO
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova
o parecer do Relator **FAVORÁVEL À MATERIA.**

Processo Nº 524/17

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 11/1/04 /2017.

Presidente:

DESPACHO

REJEITADO O PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, ENCAMINHE-SE O PROCESSO À COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO.

EM, 20 DE ABRIL DE 2017.



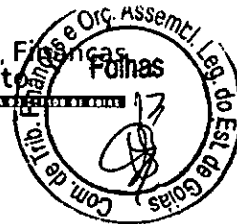
1º SECRETÁRIO



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
O PODER DA CIDADANIA



Comissão de
Tributação, Finanças
e Orçamento



COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

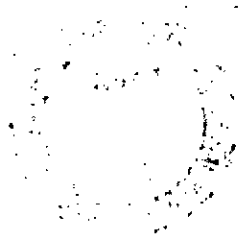
PROCESSO NÚMERO: 0524/2017

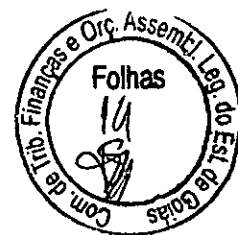
PARA RELATAR

O (A) Sr. (a) Deputado (a) Helio de Sousa

Em 02/05 /2017

Presidente: [Assinatura]





PROCESSO Nº : 2017000524
INTERESSADO : DEPUTADO KARLOS CABRAL
ASSUNTO : Dispõe sobre a redução do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Karlos Cabral, Dispõe sobre a redução do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

O projeto foi relatado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação pelo insigne Deputado Carlos Antônio, o qual condicionou sua aprovação à adoção de substitutivo apresentado.

Vindo a propositura a esta Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, o seu mérito deve ser analisado.

Prima facie, destaca-se que, por força da Emenda Constitucional nº 45, de 10 de novembro de 2009, matéria tributária não é mais da competência privativa do Governador do Estado de Goiás, podendo, assim, os parlamentares legislarem de forma originária sobre o assunto.

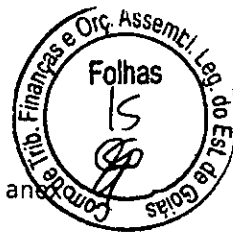
Releva destacar que a presente proposta deve observar o cumprimento dos fins previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que dispõe:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e

4





de que não afetar  as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cáculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

  1  A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cáculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

  2  Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício s  entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

  3  O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu   1 ;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Vale lembrar, de outra parte, que as demonstrações constantes do supracitado art. 14 deverão ser elaboradas por outros Poderes, pelos Tribunais de Contas ou pelo Ministério Público, quando solicitadas pelos Presidentes da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento ou da Comissão Mista do Poder legislativo, ou aqueles órgãos deverão oferecer os subsídios técnicos para a sua realização, nos termos do art. 18 da lei n  19.424, de 26 de julho de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, *in verbis*:

Art. 18. A lei que conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária somente poderá ser aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar federal n  101/2000.

4



§ 1º Os Poderes do Estado, os Tribunais de Contas e o Ministério Público Estadual encaminharão, quando solicitada pelos Presidentes da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento ou da Comissão Mista do Poder Legislativo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa em apreciação pelas referidas Comissões, prevendo, inclusive, a estimativa da diminuição da receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º Os órgãos mencionados no § 1º deste artigo atribuirão a órgão de sua estrutura administrativa a responsabilidade pelo cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º A estimativa do impacto orçamentário financeiro a que se refere este artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão estadual, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

Isso posto, esta Relatoria é pela **conversão do presente projeto em diligência**, a fim de que seja encaminhado Ofício à Secretaria da Fazenda, subscrito pelo Presidente desta Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, Deputado Francisco Jr, solicitando a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da medida constante da propositura em tela no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, com fulcro na Lei de Responsabilidade Fiscal e na vigente Lei de Diretrizes Orçamentárias.

É o relatório preliminar. Após o retorno da resposta pela Secretaria da Fazenda, voltem-se os autos para a elaboração do relatório definitivo.

SALA DAS COMISSÕES, em de de 2017.


DEPUTADO HELIO DE SOUSA

RELATOR





A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento

PROCESSO NÚMERO: 524/16/2017

Aprova o Parecer do Relator Convertendo

O Processo em Diligência

Sala das Comissões Técnicas Sólton Amaral

Em 6/12/2017

Presidente: 

DEPUTADOS TITULARES

- 01 FRANCISCO JR.
- 02 HELIO DE SOUSA
- 03 FRANCUISCO OLIVEIRA
- 04 NÉDIO LEITE
- 05 LINCOLN TEJOTA
- 06 CLÁUDIO MEIRELLES
- 07 KARLOS CABRAL
- 08 CARLOS ANTONIO
- 09 CHARLES BENTO
- 10 LÍVIO LUCIANO
- 11 LUIS CÉSAR BUENO

DEPUTADOS SUPLENTE

- 01 DIEGO SORGATO
- 02 DANIEL MESSAC
- 03 JEAN
- 04 SÉRGIO BRAVO
- 05 MARLÚCIO PEREIRA
- 06 ÁLVARO GUIMARÃES
- 07 SANTANA GOMES
- 08 LISSAUER VIEIRA
- 09 MARQUINHOS PALMERSTON.....
- 10 WAGNER SIQUEIRA
- 11 HUMBERTO AIDAR





**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



Comissão de
**Tributação, Finanças
e Orçamento**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS



Ofício n. 341/2018- CTFO

Goiânia, 16 de fevereiro de 2018

Excelentíssimo Senhor

JOÃO FURTADO DE MENDONÇA NETO

Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ

Av. Vereador José Monteiro, nº2233 – Setor Nova Vila

74.653-900 – Goiânia/Goiás

Assunto: **Diligência.**

RECEBIDO EM
02/02/18 às 13h08
.....
RESPONSÁVEL - MB

Senhor Secretário,

1. À de cumprimentá-lo, encaminhe-se este ofício em atendimento ao pedido do relator **Senhor Deputado Hélio de Sousa** referente ao processo de número, 0524/2017, Projeto de Lei N°.26 de 21/02/2017 – AL, Autor: Dep. Karlos Cabral, anexo a esse, **Assunto: Dispõe sobre a redução de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, Intermunicipal e de comunicação.**
2. Requeiro que seja oficiado à Secretaria de Estado da Fazenda diligência solicitando a estimativa do impacto orçamentário financeiro da medida constante da propositura em tela no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, com fulcro na Lei de Responsabilidade Fiscal e na vigente lei Diretrizes Orçamentárias.
3. Após o retorno da reposta pela Secretaria da Fazenda, voltem-se os autos para a elaboração do relatório definitivo.

Atenciosamente,


DEPUTADO FRANCISCO JR.

Presidente da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



Comissão de
Tributação, Finanças
e Orçamento



Ofício n. 362/2018- CTFO

Goiânia, 30 de novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor

JOÃO FURTADO DE MENDONÇA NETO

Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ

Av. Vereador José Monteiro, nº2233 – Setor Nova Vila

74.653-900 – Goiânia/Goiás

Assunto: **Diligência.**

RECEBIDO EM
06/12/18 às 10h19
.....*D. Induêcia*.....
RESPONSÁVEL - MB

Senhor Secretário,

À par de cumprimentá-lo, já foi encaminhado a esta Secretaria **diligência** Ofício nº 341/2018 – CTFO – 16/02/2018, e desta forma, encaminhe-se este ofício em atendimento ao pedido do relator **Senhor Deputado Hélio de Sousa** referente ao processo de número, 0524/2017, Projeto de Lei N°. 26 de 21/02/2017 – AL, Autor: Dep. Karlos Cabral, anexo a esse, **Assunto:** Dispõe sobre a redução de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

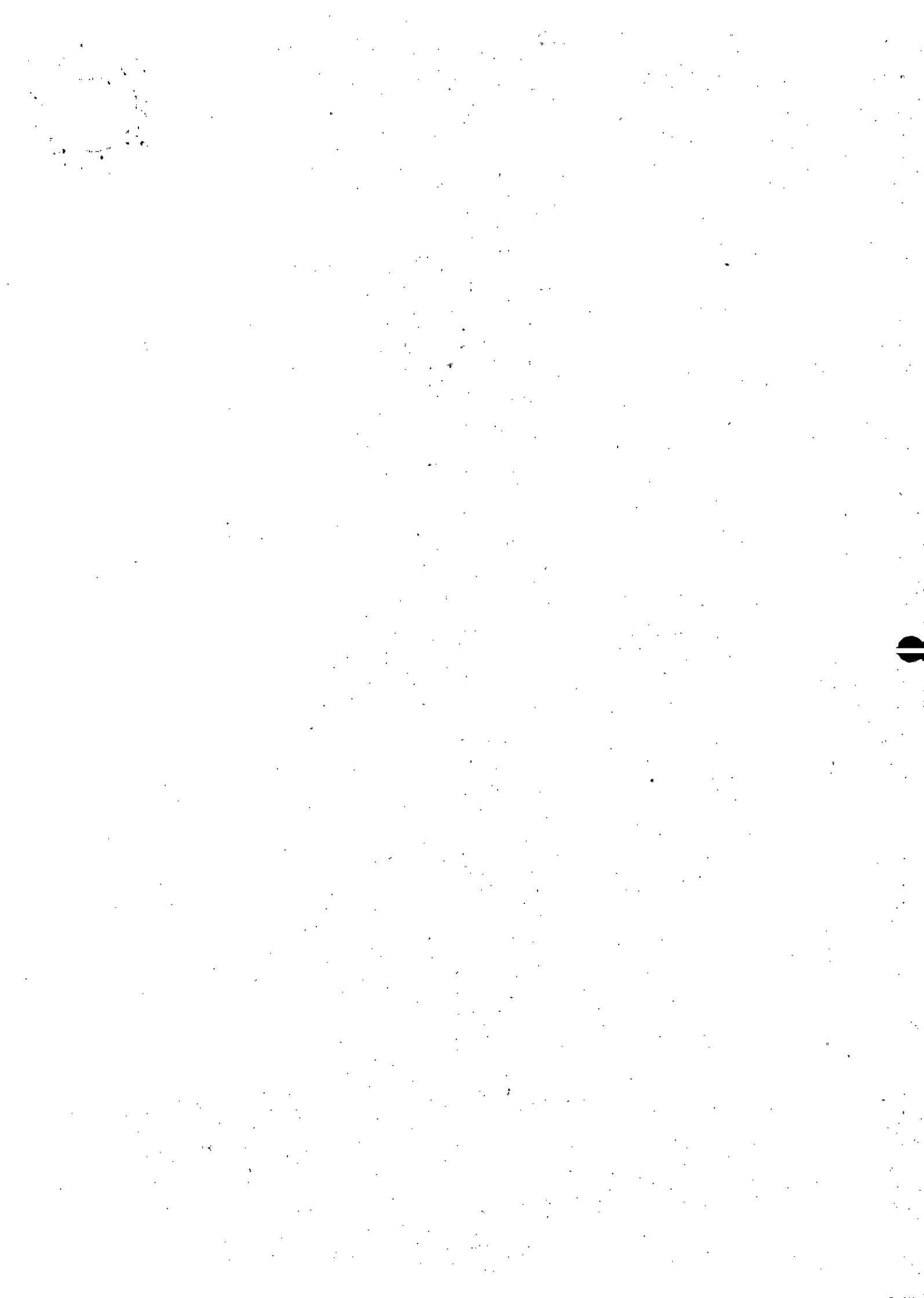
Requeiro que seja oficiado à Secretaria de Estado da Fazenda **diligência** solicitando a estimativa do impacto orçamentário financeiro da medida constante da propositura em tela no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, com fulcro na Lei de Responsabilidade Fiscal e na vigente lei Diretrizes Orçamentárias.

Após o retorno da reposta pela Secretaria da Fazenda, voltem-se os autos para a elaboração do relatório definitivo.

Atenciosamente,

DEPUTADO FRANCISCO JR.

Presidente da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento





**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO

**Karlos
Cabral**
Deputado Estadual



REQ. 001/19GAB.

Excelentíssimo Senhor Deputado
Lissauer Vieira
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás,

*DEFERIDO. A DIRETORIA PARLA-
MENTAR PARA AS DEVIDAS PRO-
VIDÊNCIAS.*

EM. 19.02.2019

[Signature]
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o Deputado que o presente subscreve, ouvido o plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o desarquivamento dos processos legislativos, de minha autoria protocolados sob os seguintes números: 2017000522, 2017000524, 2017000523, 2017001281, 2017001587, 2017002842, 2017003408, 2017005116, 2018000959, 2018001127, 2018002805, 2018002808, 2018002810, 2018002845, 2018003510, 2018003511, 2018003691 além do Decreto Legislativo nº 04 de 22 de janeiro de 2019.

Requer que os projetos de lei retomem a tramitação do estágio em que se encontravam para que sejam devidamente apreciados, nos termos do art. 124, parágrafo único do Regimento Interno.

Requer urgência e preferência na apreciação deste requerimento.

SALA DAS SESSÕES, em 19 de Fevereiro de 2019.

[Signature]
KARLOS CABRAL
Deputado Estadual-PDT